



CONGRESSO
NA MIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 4



☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📺 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

Após o segundo turno das eleições municipais, o Congresso Nacional retoma suas atividades de forma gradual.

Nesta segunda-feira (28), ocorre em Londres a LIDE Brazil Conference, que contará com a participação de autoridades brasileiras. Entre os convidados estão os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), além do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. No entanto, ainda não há confirmação pública da presença dessas autoridades no evento. O convite foi estendido a governadores como Mauro Mendes (UNIÃO/MT), Eduardo Riedel (PSDB/MS) e Ibaneis Rocha (MDB), além do ex-presidente Michel Temer (MDB).

No Poder Executivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem uma série de exames agendadas para quarta-feira (30), no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, para monitorar os efeitos de um acidente doméstico ocorrido na semana passada.

Na Câmara dos Deputados, estão programadas para terça-feira (29), uma sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e uma sessão deliberativa. A pauta inclui requerimentos de urgência para o [PL 3449/2024](#), que altera o Regime de Tributação Simplificada (RTS) nas importações via remessas postais. Adicionalmente, a Câmara apreciará sete destaques remanescentes do [PLP 108/2024](#), que regulamenta a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, será analisada a [PEC 66/2023](#), que reabre o prazo para que municípios parcelam suas dívidas previdenciárias e define limites para precatórios. O relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), sugeriu a exclusão de dispositivos com impactos negativos aos servidores públicos. Outras propostas na pauta da CCJC incluem a [PEC 36/2022](#), que propõe a inclusão de um Notário e um Registrador no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) discutirá na quarta-feira (30) o [PL 2567/2011](#), que possibilita

a renúncia e recálculo da aposentadoria no RGPS para aposentados que fizerem novas contribuições após a aposentadoria.

No Senado, há expectativa, conforme informações de bastidores, de que seja apreciado o [PLP 172/2024](#), relacionado às emendas parlamentares para estados e municípios. Após a aprovação no Senado, a matéria deve seguir rapidamente para a Câmara dos Deputados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) iniciará, entre terça-feira (29) e quinta-feira (31), audiências públicas sobre o [PLP 68/2024](#), que trata da regulamentação da Reforma Tributária. As discussões se concentrarão na reforma tributária e seu impacto na economia e setores sociais essenciais. Na terça-feira (29), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentará o relatório final do grupo de trabalho sobre a reforma tributária, coordenado pelo senador Izalci Lucas (PL/DF).

No Supremo Tribunal Federal, não há pautas de grande repercussão previstas para a semana, exceto julgamentos virtuais de recursos criminais e casos relacionados à tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Plenário da Câmara dos Deputados homenageará o Dia do Servidor Público: está agendada para amanhã, terça-feira (29), às 11h, no Plenário Ulysses Guimarães, a realização da [Sessão Solene em homenagem ao Dia do Servidor Público](#).

CSAUDE vota exame médico pelo SUS para candidato de baixa renda em concurso público: a Comissão de Saúde (CSAUDE) se reúne nesta terça-feira (29), às 14h, no anexo II, plenário 07, para deliberar os itens da pauta. Entre eles destaca-se o [parecer](#) da deputada Rogéria Santos (REPUBLIC/BA) pela aprovação do [PL 4924/2020](#), e das emendas nºs 1, 2, 3 e 4 adotadas pela CTAB, que dispõe sobre a realização pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de exames médicos exigidos em concurso público para os candidatos que comprovem sua condição de hipossuficiência no momento da inscrição no certame.

CPASF pauta ampliação do apoio técnico da Justiça Eleitoral nas eleições escolares: a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) se reúne nesta quarta-feira (30), às 14h, no

Anexo II, Plenário 07. Dentre os itens da pauta, destaca-se o [parecer](#) da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) favorável ao [PL 660/2019](#), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o apoio técnico da Justiça Eleitoral ao processo de escolha dos conselheiros tutelares.

CCJC vota PEC 66/2023 - Pagamento de precatórios/Reforma da previdência dos estados e municípios: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (29), após a primeira reunião deliberativa agendada para 14h30, no anexo II, Plenário 01, para deliberar o [parecer](#) do deputado Darci de Matos (PSD/SC) pela admissibilidade da [PEC 66/2023](#), com apresentação de emenda supressiva. A emenda retira dois dispositivos que visam reformar a previdência dos Estados e Municípios, a saber, **o art. 40-A da CF e o parágrafo único do art. 3 da proposta**. Importante destacar que o relator **manteve o caput do art. 3º**, que prevê o prazo de 18 meses para que Estados e Municípios adequem suas regras previdenciárias à da União.

CCJC vota restrição do uso de ADO e delimitação do papel do judiciário na análise de matérias legislativas: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (29), após a primeira reunião deliberativa agendada para 14h30, no anexo II, Plenário 01, para deliberar a [redação final](#) do deputado Gilson Marques (NOVO/SC), que traz apenas ajustes redacionais em relação ao parecer aprovado anteriormente na Comissão, ao [PL 4609/2020](#), que altera o art. 12-A da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).

CCJC vota adição de membros ao Conselho Nacional de Justiça: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (29), após a primeira reunião deliberativa agendada para 14h30, no anexo II, Plenário 01, para deliberar os itens da pauta, entre os quais se destaca: o [parecer](#) do deputado Felipe Francischini (UNIÃO/PR), pela admissibilidade da [PEC 36/2022](#), que altera o art. 103-B da Constituição, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça.

CCJC vota capacitação de servidores para combate ao tráfico de bens culturais: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) se reúne nesta terça-feira (29), após a primeira reunião deliberativa agendada para 14h30, no anexo II, Plenário 01, para deliberar os itens da pauta, entre os quais se destaca: o [parecer](#) do deputado Kim Kataguirí (UNIÃO/SP) pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do [PL 3362/2019](#), que altera a Lei nº 13.756/18 para promover

treinamento e conscientização **para servidores dos órgãos de segurança pública, membros do Ministério Público e agentes da Receita Federal** que atuam em aduanas e Policiais Rodoviários Federais, acerca do enfrentamento ao tráfico ilícito de bens culturais.

CASP vota inclusão de convidado na audiência pública sobre a PEC 66/23: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (29), às 15h, no anexo II, plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre os destaques está o [REQ 97/2024](#), de autoria da deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), que requer a inclusão da **Confederação Nacional dos Municípios** em audiência pública destinada ao debate das consequências da PEC 66/23 para os servidores públicos estaduais e municipais.

CASP vota requerimento de envio de informações por parte do TCU: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (29), às 15h, no anexo II, plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre os destaques está o [REQ 100/2024](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer o encaminhamento de solicitação de informação ao Tribunal de Contas da União – TCU sobre as medidas adotadas pelo órgão de controle em relação aos gestores nos casos de descumprimentos trabalhistas, em especial os assédios morais e sexuais, que geram prejuízos ao erário público, bem como forma de pagamento do auxílio alimentação em pecúnia como verba indenizatória no âmbito dos Conselhos de Fiscalização Profissional conforme legislação vigente.



SENADO FEDERAL

CCDD vota projeto sobre Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos públicos: a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) pode deliberar nesta quarta-feira (30), às 09h30, no plenário nº19, sobre o [PL 6256/2019](#), que Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. O [parecer](#) do relator, senador Alessandro Vieira (MDB/SE), foi pela aprovação com emendas.



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



CONGRESSO NACIONAL

CMO agenda reunião deliberativa: a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) agendou para terça-feira (29), às 14h30, no

Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, a continuação da 9ª Reunião Deliberativa. Além das matérias remanescentes da pauta, serão deliberadas as seguintes proposições:

- [MPV 1252/2024](#);
- [MPV 1253/2024](#);
- [MPV 1254/2024](#);
- [MPV 1258/2024](#); e
- [PLN 22/2024](#).

Acompanhe a reunião [aqui](#).



TRIBUTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP delibera sobre isenção de imposto de renda a funcionários públicos aposentados portadores de doenças graves: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (29), às 15h, no anexo II, plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre os destaques está o [PL 722/23](#), que altera a Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção do imposto de renda ao benefício especial de que trata a Lei no 12.618, de 30 de abril de 2012, percebido pelos portadores de doenças graves. O [parecer](#) do relator, deputado Prof. Reginaldo Veras (PV/DF), é pela aprovação.



SENADO FEDERAL

CAE apresenta relatório final das audiências sobre a Reforma Tributária: está na pauta desta terça-feira (29), às 10h, no plenário 19, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a apresentação do relatório final das audiências do Grupo da Reforma Tributária. O relatório compila os principais pontos discutidos nas audiências, abordando as mudanças propostas no sistema tributário nacional e seu impacto na economia brasileira, com vistas a simplificar e modernizar o modelo de arrecadação fiscal.

CCJ inicia ciclo de audiências públicas sobre a reforma tributária: Está agendado na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta terça-feira (29), às 14h30, no plenário 3, o início do ciclo de audiências públicas para debater os impactos do [PLP 68/24](#). Nessa reunião, os convidados da [audiência pública](#) devem discutir os aspectos gerais do PLP nº 68, de 2024, com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, split payment, incidência do

Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).



DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CIDOSO vota atendimento prioritário para idosos na Justiça e em serviços públicos: a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) se reúne nesta quarta-feira (30), às 13h00, no anexo II, plenário 12, para deliberar os itens da pauta. Entre eles destacam-se o parecer do deputado Sargento Portugal (PODEMOS/RJ), pela aprovação do [PL 6075/2023](#) e pela rejeição das emendas oferecidas ao substitutivo, que visa garantir prioridade especial na tramitação de processos judiciais para pessoas idosas com mais de 80 anos e para aquelas com mais de 60 anos que apresentem doenças graves, conforme listado na legislação pertinente.

CMULHER vota audiência pública sobre a regulamentação do instituto da remoção de servidoras em situação de violência doméstica e familiar: a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) se reúne nesta quarta-feira (30), às 15h, no anexo II, Plenário 14, para deliberar os itens da pauta. Destacam-se o [REQ 98/2024](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o tema: regulamentação do instituto da remoção de servidoras em situação de violência doméstica e familiar. Foram convidados: a Conselheira Renata Gil de Alcântara Videira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Marielle de Oliveira Dornelas, Auditora Fiscal da Receita Federal; Dulcielly Nóbrega de Almeida, Defensora Pública.



SEGURANÇA



SENADO FEDERAL

CCJ pode votar porte de arma para servidores da FUNAI: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira (30), às 10h00, no plenário 3 e pode votar o [PL 2326/2022](#), que altera o art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização. O [parecer](#) do relator, senador Fabiano Contarato (PT/ES), foi pela aprovação com emendas.



CE debate sobre Políticas de Segurança Pública e Autismo na Educação e Cultura: a Comissão de Educação e Cultura (CE) se reúne nesta quarta-feira (30), às 14h, no anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, em audiência pública, para discutir políticas de segurança pública e autismo voltadas para a área de educação e cultura, envolvendo a PRF, a Força Nacional de Segurança e a **Polícia Judicial amiga dos Autistas**. Acompanhe a reunião [aqui](#).

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.